

Uma viagem no tempo da nossa língua

» por Leo Ricino*

Qualquer língua viva passa por incontáveis alterações ao longo do seu percurso histórico. Antes

de entrarmos nessas mudanças, conceituemos língua. Numa definição prática e linguisticamente despreocupada (toda corrente linguística, como qualquer ramo de ciências que estudam fenômenos similares se arvora o direito, legítimo, de nomear à sua maneira os seres estudados), o dicionário eletrônico Houaiss diz que língua é *"sistema de representação constituído por palavras e por regras que as combinam em frases que os indivíduos de uma comunidade linguística usam como principal meio de comunicação e de expressão, falado ou escrito"*.

Todavia, fiquemos com um conceito de língua que acho mais próximo do

dia a dia, sem qualquer complicação. É o do dicionário eletrônico Aurélio: *"O conjunto das palavras e expressões usadas por um povo, por uma nação, e o conjunto de regras da sua gramática; idioma"*. Conceito sucinto, claro e objetivo.

Temos também, num dicionário especializado, um ótimo conceito de Zélio dos Santos Jota: *"Conjunto de palavras sistematizadas de um povo utilizado como meio de expressão do pensamento"* (*Dicionário de Linguística*, Presença, Rio de Janeiro, 1976).

NASCIMENTO DA LÍNGUA

Nossa língua, como tenho afirmado em artigos anteriores, é uma adolescente de aproximadamente 850 anos, de cuja infância não temos tantos registros históricos, pois que, no período medieval, ainda não havia tanta preocupação

com a importância do idioma.

Só para que nós, professores e professoras, recebamos uma visão diferente, vou me socorrer aqui de dois ilustres historiadores portugueses, A. H. de Oliveira Marques e Oliveira Martins, e não de linguistas ou gramáticos, para registrar o que eles falam sobre a formação de nossa língua. Os dois foram profundos estudiosos da História de Portugal, em todas as suas nuances, incluindo, portanto, a linguística, e muito pesquisaram para expor a teoria em seus livros.

Do primeiro, em sua primorosa *História de Portugal*, vol. I, Palas Editores, Lisboa, 12.ª ed., 1985, na página 27, extraímos, *ipsis litteris*:

"Pelos séculos XI e XII, quando os exércitos cristãos cruzaram definitivamente o Mondego e, a seguir, o Tejo, o galaico-português e o 'lusitano-moçárabe' entraram em contacto directo e permanente. Deste encontro nasceu o 'português'. Não sabemos até que ponto o dialecto nortenho influu sobre o do sul, ou vice-versa."

O respeitado historiador português respaldou-se em mestres inquestionáveis como José Leite de Vasconcelos, Ramón Menéndez-Pidal, Lindley Cintra, Maria Albertina Mendes da Luz, Harry Meier, dentre outros.

Do segundo, de sua preciosa *História de Portugal*, tomo I, Parceria Antonio Maria Pereira Livraria Editora, Lisboa, 1917, na página 11, extraímos, também *ipsis litteris*, o seguinte:

"O fallecido Soromenho dizia que 'entre a língua usada na provincia de Entre-Douro-e-Minho e a que mais tarde apparece nas terras do Cima-Côa e na Estremadura há uma differença bastante sensivel. Pode sem recio dizer-se que, a simillhança do que succedia além dos Pyreneus, em Portugal havia tambem uma langue d'oc e uma langue d'oïl, a lingua do Norte e a lingua do Sul... O Mondego é a lingua divisoria... ainda um século depois de D. Diniz ter abandonado o latim como lingua official."

Como se vê, os discursos dizem praticamente a mesma coisa, já que o galaico-português corresponde ao dialeto do Norte, região do Douro e do Minho, e o lusitano-moçárabe ao do Sul, região de Lisboa e do Algarve. E fica claro, segundo esses autores, que o Português não é simplesmente uma evolução do latim vulgar, embora tenha como estrutura sintática esse latim, numa forma bem mais analítica, mas teve a contribuição de muitos dialetos autóctones.



Esses dialetos, como acontece sempre com povos invasores e invadidos, sofreu influência da língua dos dominadores. Dessa mistura, surgiu o “português”.

COMPLICAÇÕES DIACRÔNICAS

Nascida e já começando a fase de consolidação nacional lá pelos anos 1.200, nossa língua, nacional em Portugal e no Brasil e oficial em mais seis países, como todo ser vivo, vai sofrendo transformações ao longo de sua caminhada. E não foram poucas as mudanças.

Vejamos algumas dessas alterações a partir de textos originais de cada época. Começemos com um texto de 1340.

PRAGMATICA DE 1340

Em 1340, o rei D. Afonso IV, o Bravo, instaurou um conjunto de leis chamado Pragmatica de 1340, a partir da qual estabelecia o que cada cidadão português podia comer diariamente em carne, peixe e outras viandas (os seis primeiros artigos) e como podiam se vestir (do artigo 7.º ao 27.º, este último na realidade garantindo metade dos bens do denunciado a quem denunciar o descumprimento dessa lei por alguém, ou seja, instituiu-se legalmente a delação!), consolidando o que hoje chamamos de classes sociais.

Vamos ler um pequeníssimo trecho dessa Pragmatica, o Art. 4.º, que aborda o castigo para quem não cumprir o que foi determinado nos três artigos anteriores e, como o 27.º, legaliza a delação. A transcrição será *ipsis-litteris* e, possivelmente, todos estranharemos. Quase nem parece nossa língua. E não é, é a daquela época, 1340:

“E sse algũas outras pessoas sobreditas nom guardarem este ordinhamento cõmo em ele he contheudo pela primeyra uez. peyte cinque libras cada pessõa. E pola segunda uez dez libras. E pola terceyra quinze libras. E dalj em deante por cada uez quinze libras. E de majs estranharmo lho nos como for nossa merçee. E destes dinheyros suso ditos. aia o que as acusar a meyadade. E nos a outra meyadade. E sse aquel que for acusado nom ouiver onde pague. o que for acusado seia preso ata que pague. ou ata que lhy seia per nos stranhado como for nossa merçee.”

Embora seja possível entender, esclareço algumas palavras: uez = vez; peyte = pagará; cinque = cinco; dali = dali; majs = mais; estranharmo = estabelecer; merçee = determinação; aia = haja; suso = acima. Acresço que o texto acima foi extraído do livro *Cortes Portuguesas – Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, do Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1982, página 105.

TEXTO DOS ANOS 1400

Dando apenas um salto de, aproximadamente, 80 a 100 anos, vejamos um pequeno texto original de Fernão Lopes, que, em 1434, recebeu a incumbência de D. Duarte de “poer em caronyca as estorias dos Reys que antygame em Portugal forom”, cargo que cumpriu até 1454.

“Como senom?” disse ele. “Alla fé, disserom, senom buscaremos nós outro que reine sobre nós, que tenha cuidado de manter o poboo em dereito e em justiça, e nom leixe as cousas que tem de fazer de sua fazenda por hir ao monte e aa caça amdar huum mes.”

Até já dá para compreender melhor: ‘senom’ = senão; ‘Alla fé’ = por Deus; ‘poboo’ = povo; ‘dereito’ = direito; ‘leixe’ = deixe; ‘fazenda’ = obrigação; ‘por’ = para; ‘hir’ = ir; ‘huum’ = um; ‘aa’ = à. Nota-se indefinição quanto à nasalação por ‘M’ ou ‘N’. Assim, em “monte” a vogal ‘o’ é nasalada pelo ‘N’ e em “amdar”, a vogal ‘a’ é nasalada pelo ‘M’.



CARTA DE ACHAMENTO 1500

Dando um salto de 60 anos, transcrevo um pequeno trecho da carta de Pero Vaz de Caminha comunicando ao rei português o “achamento” do Brasil. Transcrição literal também:

“a ela peço que por me fazer singular merçee mã de vijnr da jlha de sam thomee jorge do soiro meu jenro, o que dela receberey em mujta merçee. beijo as mãos de vosa alteza. deste porto seguro da vosa jlha da vera cruz oje sexta feira prim.º dia de mayo de 1500.”

Esse texto já apresenta um português bem mais próximo do nosso, fazendo o percurso natural da língua. Só notar que o ‘m’ nasal passou a ‘n’ quando não antes de ‘p’ e ‘b’. ‘Jenro’ passou a ‘genro’ e o exótico ‘mã de’ = mande. O ‘i’ é que ainda disputava seu espaço com o ‘j’, para vencê-lo posteriormente e mandá-lo para o reino das consoantes. Enfim, em relação a 1340 e 1445 (aproximadamente) já houve grande evolução.

Vejamos agora um pequeno texto de um prefácio produzido em 1803, porém extraído, *ipsis-litteris*, de uma obra de 1866, p. XIV da *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*, de Jeronymo Soares Barbosa, *Thipographia da Academia Real das Sciencias*, Lisboa:

INTRODUÇÃO 1803

“Porque a grammatica da lingua nacional é o primeiro estudo indispensavel a todo homem bem creado, o qual, ainda que não aspire a outra literatura, deve ter ao menos a de fallar e escrever correctamente sua lingua: o que não poderá conseguir sem todas as partes d’aquella arte.”

Aqui já se notam poucas diferenças com o português contemporâneo. Talvez a coisa mais marcante seja a ausência de alguns acentos gráficos e o emprego de algumas consoantes dobradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O português atual é de domínio de nós todos, não havendo, pois, necessidade de colocar nada. O próprio artigo é escrito nele. A intenção foi mesmo mostrar as inevitáveis mudanças que ocorrem num ser vivo e manipulado por milhões de pessoas.

Cada época tem sua forma, sua maneira, sua idiossincrasia. A norma-padrão é, portanto, estabelecida por época. Ismael de Lima Coutinho, na sua indispensável *Gramática Histórica*, 6.ª ed., Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1969, p. 341, respondendo a uma acusação portuguesa de que era “brasileirismo” o uso do verbo impessoal “haver” no plural, mostra que esse hábito já vinha dos portugueses. E nos dá exemplos de alguns autores de lá (o grifo é meu):

*“Tais **haviã**m que certificavam que o mestre era morto.”* (Fernão Lopes, *D. João I*, p. 1. C. 12)

*“E ainda que hajã*m outras razões.” (Vieira, *Inéditos*, vol. II, p. 32)

*“E se ainda **houverem** prolixos ociosos editores.”* (Filinto, *Obras*, vol. VI, p. 41)

*“Chegã*m a afirmar **haverem** por lá, ainda no século passado, hospitais.” (Castilho, *A Primavera*, p. 275)

Hoje tal prática é considerada absolutamente incorreta pela norma-padrão em vigor. Só reforço que verbo impessoal é o verbo sem sujeito, já que sujeito nada mais é que a pessoa reta do verbo, ou seja, aquela que equivale a eu, tu, ele, nós, vós e eles. E basicamente só deveria ser verbo impessoal os que indicam fenômeno da natureza, mas com a evolução da língua alguns vão ficando impessoais.

Encerrando, e como falei da norma-padrão de cada época, Said Ali, na sua *Gramática Histórica da Língua Portuguesa, Melhoramentos*, São Paulo, 1964, pp. 191 a 194, cita alguns advérbios antigos ou importados extintos por desuso. Vou referir apenas alguns: suso, a suso = acima, para cima; a juso = abaixo; toste = depressa; asinha = depressa; cajuso = por acaso; tamalavez = um pouco, um tanto, alguma coisa, etc. É possível, caro professor, cara professora, encarar algum desses atualmente?!

Leo Ricino é mestre em Comunicação e Letras e professor na Fecap (Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado) e na Universidade Corporativa Ernest & Young